

Memória Cultural LGBTI+ e análise de políticas curriculares na formação docente

MATEUS VALADÃO DE SOUZA¹; GILCEANE CAETANO PORTO²

¹Universidade Federal de Pelotas – matheussouza396485@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – gilceanep@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a Memória Cultural LGBTI+ e o impacto na formação e atuação docente, em diálogo com as políticas curriculares e de formação, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação).

Ao traçar esse panorama, torna-se possível estabelecer um paralelo entre as violências sofridas por corpos dissidentes no Brasil colonial e as que persistem no Brasil atual. Casos históricos, como o de Xica Manicongo, Jesus (2019), e o indígena Tibira do Maranhão, Mott (1988), encontram-se com a pesquisa realizada pela Abglt (2016) sobre o ambiente escolar para pessoas LGBTI+, evidenciando as facetas do colonialismo e da colonialidade enquanto um projeto de classificação social discutido por Quijano (2010).

No estudo de Silva (2020) é realizada uma análise das versões da BNCC até a aprovação final do documento, onde há a exclusão das discussões sobre gênero e sexualidade na política curricular. Enquanto que em Rubim de Assis; Santos (2022) e Carvalho; Santos; Silva (2021) é refletido sobre o impacto da Resolução CNE/CP nº2/2019 que visa através da BNC-Formação redefinir a formação docente aprisionada em uma lógica de ensino por habilidades e competências.

Em Barros (2017) é situada a institucionalização acadêmica dos estudos sobre memória, a partir de Maurice Halbwachs com seu conceito de Memória Coletiva e a elaboração da Memória Cultural, como citado em Cordeiro (2017), por Jan e Aleida Assmann. Para Assmann (2016) a memória possui a capacidade de elaboração de uma consciência de identidade, seja no indivíduo ou coletivo, produzindo uma identidade cultural. É através dessa identidade cultural que as violências, resistências e reivindicações históricas da comunidade LGBTI+ se reintegram nos grupos sociais.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho seguiu uma abordagem qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica, que para Gil (2008, p.50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esse método foi escolhido por proporcionar uma análise crítica de conceitos já elaborados.

Portanto, buscou-se através da Memória Cultural LGBTI+ criar conectivos com assuntos pertinentes ao campo educacional, como políticas curriculares, formação e trabalho docente. Os artigos analisados deram enfoque em análises sobre a BNCC e a BNC-Formação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 1591, durante o período colonial, Xica Manicongo, a primeira travesti registrada no Brasil, vivia em Salvador, então capital. Ela foi denunciada à Inquisição por sua expressão de gênero e, acusada de sodomia, adotou vestimentas masculinas para evitar ser queimada em praça pública (Jesus, 2019). Anos depois, em 1613, ocorreu o primeiro registro de LGBTfobia no Brasil, quando Tibira, im indígena Tupinambá, foi brutalmente assassinado por invasores franceses em São Luís do Maranhão, tendo seu corpo esfaçalhado por um canhão em praça pública (Mott, 1998).

Esse suplício histórico poderia se desdobrar em inúmeras outras histórias de barbárie e resistência. Mas por enquanto, nos basta um contraponto mais atual, como a pesquisa nacional produzida pela Abglt (2016) sobre o ambiente escolar que revela altos índices de insegurança nas escolas de estudantes LGBTI+ em relação às suas sexualidades e identidades de gênero, sofrendo agressões e violências verbais, físicas e sexuais.

A persistência da barbárie evoca caminhos traçados pelo colonialismo e, em sua continuidade, pela colonialidade em nosso país, que surgiram para Quijano (2010) em paralelo a constituição da América, do capitalismo/colonial e eurocentrado enquanto um projeto de violência e classificação social pautados na exploração e manutenção de modos de ser, estar e racionalidades unívocas, tendo a raça/etnia como centralidade dessas dinâmicas sádicas, mas estendendo-se a outros grupos sociais.

Em estudo realizado por Silva (2020), constata-se um retrocesso nas questões de gênero e sexualidade na BNCC, devido à forte atuação de setores ultraconservadores na remoção de discussões pró-LGBTI+ do documento final. As primeiras versões incluíam habilidades e competências sobre gênero e sexualidade, com menções voltadas à reflexão sócio-cultural, mas essas foram retiradas na versão final, apesar das contribuições públicas favoráveis. Conforme Silva (2020, p. 154), “retirada dos termos gênero e sexualidade foi uma ação coordenada pelo MEC e aprovada pelo CNE, sem participação popular, ou mesmo sem levar em consideração as sugestões advindas das consultas públicas”. Além disso, “a pressão pela remoção dessas questões vinha muito mais dos parlamentares de direita, do que da sociedade civil organizada” Silva (2020, p. 155).

A supressão destas discussões no currículo evidenciadas por Silva (2020) contribuem para a legitimidade nos dados produzidos pela Abglt (2016), visto que a escola não está dissociada da reprodução das estruturas de poder e violência presentes na sociedade.

Aliado às controvérsias e a retirada de discussões que dizem respeito a função social das instituições escolares, a BNCC enquanto política curricular ocasiona um impacto na formação e no trabalho docente. Rubim de Assis; Santos (2022) analisam este impacto formativo e de trabalho produzido pela BNCC e pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) através da Resolução CNE/CP nº2/2019 que visa adequar a formação inicial aos critérios de habilidades e competências propostos pela BNCC.

Para Carvalho; Santos; Silva (2021, p. 6) a proposta de modificação na formação docente “gera um espaço para uma formação dissociada de fundamentos teóricos, que comprometem a qualidade dos processos

formativos”. Há nesta tentativa uma ressignificação do papel docente para propiciar as mudanças esperadas, subordinando as práticas pedagógicas à política educacional.

É nesse contexto de atenção à diversidade e à formação docente, que ressalta-se a necessidade de explorar o campo da Memória como forma de compreender melhor o conceito de Memória Cultural.

No escopo das Ciências Sociais, os estudos sobre memória são introduzidos por Maurice Halbwachs, como destaca Barros (2017), com o conceito de “Memória Coletiva”, que buscava ultrapassar a concepção puramente individual sobre memória e compreendê-la na subjetividade dos sujeitos e nas dinâmicas dos grupos sociais. Seu ensaio teórico foi lançado em 1925 e houve uma latência até a institucionalização acadêmica no final das últimas décadas do século XX.

Neste estudo, o foco é a Memória Cultural, pois no caso do Movimento LGBTI+, desempenha um papel crucial na preservação e na divulgação das lutas, conquistas e desafios enfrentados pela comunidade ao longo do tempo. Essa memória inclui eventos históricos, como as primeiras manifestações pelos direitos LGBTI+, os marcos legislativos que garantiram avanços para a comunidade, além das histórias pessoais de ativistas e membros da comunidade que enfrentaram discriminação e violência.

De acordo com Cordeiro (2017), este é um conceito que não está presente na obra de Halbwachs, foi criado por Jan e Aleida Assmann, desenvolvido a partir da Memória Coletiva.

Na abordagem de Assmann (2016) a memória desenvolve uma consciência de identidade que se constrói ao longo do tempo, estabelecendo uma relação entre identidade, tempo e memória, tanto individual, quanto coletiva. A memória coletiva, compartilhada por um grupo, transmite uma identidade cultural. Assmann (2016, p. 118) distingue sua visão da de Halbwachs ao incluir o “campo das tradições, transmissões e transferências”, sem propor a substituição de uma memória pela outra, mas tratando ambas como “dois diferentes modos de lembrar”. Ele diferencia a memória comunicativa, que ocorre no cotidiano e dura cerca de 80 anos, e a memória cultural, que é institucionalizada e transmitida ao longo das gerações. Em sociedades orais ou letradas, a memória cultural tem seus especialistas, como xamãs, professores e artistas (Assmann, 2016, p. 123).

A importância da Memória Cultural LGBTI+ voltada para a formação de professores(a) está na produção de subsídios para que os(a) docentes tornem-se, assim como diz Assmann (2016), especialistas da Memória dessa comunidade, onde visto as políticas vigentes, tornar-se sensível a essas questões e transversalizar em suas práticas pedagógicas como propõe Silva (2020), como forma de operar nas brechas munidos(a) de um repertório histórico-cultural. É necessário atuar nas brechas, pois a formação docente, as práticas pedagógicas e a educação, em toda a sua complexidade, estão diretamente ligadas ao contexto social, histórico, político e econômico.

4. CONCLUSÕES

Em conclusão, a análise da Memória Cultural LGBTI+ revela a importância de integrar discussões sobre gênero e sexualidade nos currículos como uma forma de não perpetuar a invisibilidade e a marginalização dessas identidades e

de suas demandas históricas. Portanto, a formação docente não deve estar a serviço de uma reprodução técnica de habilidades e competências como se estivesse ocupando um espaço fabril. É necessário que seja preservada a autonomia docente e que seus alicerces teóricos-metodológicos estejam disponíveis para uma docência comprometida com as urgências sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, J. **Memória comunicativa e memória cultural**. História Oral, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 115–128, 2016.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.

BARROS, J. A.. **Tempos e lugares da memória—Uma relação com a História**. Historiæ, v. 8, n. 1, p. 9-30, 2017.

CARVALHO, O. F.; SILVA, G. M.; SANTOS, J. L. **O CURRÍCULO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: tensões, disputas e perspectivas**. Revista Espaço do Currículo, v. 14, n. 3, p. 1-20, 2021.

CORDEIRO, V. D. **O que define a Memória Coletiva? Considerações sobre os termos "memória social", "memória cultural", "tradição", "história" e "mito"**. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, J. G. **XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA**. Revista Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817.

MOTT, L. **Etno-História da Homossexualidade na América Latina**. História em Revista, v. 4, 12 set. 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. S. Paulo. **Epistemologias do Sul**. Cortez Ed. Cap. 2, p.73-118, 2010.

RUBIM DE ASSIS, C.; SANTOS, M. A. R. **O impacto das políticas curriculares na formação docente e a quebra da autonomia do (a) educador(a): uma análise crítica à luz da perspectiva freireana**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, p. 199–212, 2022.

SILVA, E. L. S. **Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC**. História, histórias, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 143–169, 2020.